

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Período de Nove Meses Findo em 30 de
Setembro de 2011 e Relatório sobre a
Revisão de Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CPFL - Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL - Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial de 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas..

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.


Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2011


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	30/09/11	31/12/10	30/09/11		explicativa	30/09/11	31/12/10	30/09/11
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	369.954	200.173	754.053	Empréstimos e financiamentos	14	17.769	-	83.676
Contas a receber clientes	7	1.564	508	29.847	Fornecedores		1.673	144	33.752
Despesa antecipada de projetos		1.050	1.050	1.050	Partes relacionadas	10	5.027	4.635	946
Adiantamento a fornecedores		6.138	5.947	11.410	Dividendos a pagar		-	-	4.417
Impostos a recuperar	8	7.305	5.148	15.254	Contas a pagar projetos	15	35.281	-	35.281
Outros		1.463	307	2.604	Obrigações trabalhistas		6.201	3.779	6.196
Total do circulante		<u>387.474</u>	<u>213.133</u>	<u>814.218</u>	Obrigações tributárias		1.395	1.489	10.554
					Outras provisões		7.018	2.716	11.040
NÃO CIRCULANTE					Outras contas a pagar		51	142	13.170
Depósitos Judiciais	17	-	-	13	Total do circulante		<u>74.416</u>	<u>12.905</u>	<u>199.032</u>
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	2.161	31.995					
Outros créditos	9	-	-	71.019	NÃO CIRCULANTE				
Impostos diferidos		-	-	53	Empréstimos e financiamentos	14	308.803	-	844.685
Partes relacionadas	10	249.380	154.743	-	Provisão para custos sócio-ambientais	16	-	-	72.876
Investimentos	11	2.151.443	523.048	-	Provisão para riscos trabalhistas	17	-	60	269
Imobilizado	12	6.078	3.276	1.799.159	Impostos diferidos		-	-	411.170
Intangível	13	1.279	-	1.225.191	Outros Passivos		35	-	1.216
Total do não circulante		<u>2.408.180</u>	<u>683.228</u>	<u>3.127.430</u>	Provisão para passivo a descoberto de controladas	10	-	785	-
					Total do não circulante		<u>308.838</u>	<u>845</u>	<u>1.330.216</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18			
					Capital integralizado		1.854.928	874.695	1.854.928
					Reservas de capital		533.756	56.380	533.756
					Reserva de ajuste patrimonial		56.546	-	56.546
					Prejuízos acumulados		(32.830)	(48.464)	(32.830)
					Total do Patrimônio líquido		<u>2.412.400</u>	<u>882.611</u>	<u>2.412.400</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.795.654</u>	<u>896.361</u>	<u>3.941.648</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>2.795.654</u>	<u>896.361</u>	<u>3.941.648</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora			
		01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	5	7.561	-	-
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	41	(6.711)	-	-
LUCRO BRUTO		46	850	-	-
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	20	(22.944)	(41.776)	(7.398)	(23.303)
Remuneração dos administradores	10 e 20	(376)	(1.417)	(1.263)	(2.309)
Depreciação		(242)	(657)	(122)	(350)
Resultado de equivalência patrimonial	11	32.670	49.389	3.632	4.599
Amortização do direito de autorização	11	(1.224)	(3.672)	(1.831)	(4.279)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	9	-	-
Total		7.883	1.875	(6.982)	(25.642)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		7.929	2.725	(6.982)	(25.642)
Receitas financeiras	21	6.702	16.903	6.016	20.934
Despesas financeiras	21	(3.843)	(3.873)	(10)	(39)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.788	15.755	(976)	(4.747)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	-	(548)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		10.788	15.207	(976)	(4.747)
RESULTADO ABRANGENTE		10.788	15.207	(976)	(4.747)
Lucro (Prejuízo) por ação					
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (centavos por ação)		0,01	0,01	-	(0,01)
Básico e diluído de acordo com CPC/IFRS (centavos por ação)		0,01	0,01	-	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Consolidado	
		01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	58.081	58.081
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	(18.976)	(18.976)
LUCRO BRUTO		39.105	39.105
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(19.016)	(19.016)
Remuneração dos administradores	10 e 20	(393)	(393)
Depreciação		280	280
Amortização do direito de autorização	11	(1.125)	(1.125)
Outras receitas (despesas) operacionais		214	214
Total		(20.040)	(20.040)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		19.064	19.064
Receitas financeiras	21	17.523	17.523
Despesas financeiras	21	(14.017)	(14.017)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		22.570	22.570
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	(4.387)	(4.387)
LUCRO DO PERÍODO		18.183	18.183
Participação dos acionistas não controladores		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		18.183	18.183
Prejuízo por ação			
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (centavos por ação)		0,01	0,03
Básico e diluído de acordo com CPC/IFRS (centavos por ação)		0,01	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social			Reservas de capital			Reserva especial Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos (lucros) acumulados	Total
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Debêntures convertíveis	Bônus de subscrição	Ágio na subscrição de ações			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	874.695	(100.000)	774.695	56.378	2	-	-	(32.751)	798.324
Integralização de capital em janeiro de 2010		100.000	100.000		-	-	-	-	100.000
Prejuízo do período								(4.747)	(4.747)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	<u>874.695</u>	<u>-</u>	<u>874.695</u>	<u>56.378</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.498)</u>	<u>893.577</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>874.695</u>	<u>-</u>	<u>874.695</u>	<u>56.378</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.464)</u>	<u>882.611</u>
Lucro do período de sete meses antes da reestruturação societária								2.738	2.738
SALDOS EM 31 DE JULHO DE 2011 ANTES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA	<u>874.695</u>	<u>-</u>	<u>874.695</u>	<u>56.378</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.726)</u>	<u>885.349</u>
Integralização de capital em agosto de 2011	923.855	-	923.855	-	-	533.756	56.973		1.514.584
Integralização de capital em agosto de 2011	56.378	-	56.378	(56.378)					
Ajuste de integralização de capital dos acionistas não controladores					(2)				(2)
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial							(427)	427	-
Lucro do período complementar								12.469	12.469
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	<u>1.854.928</u>	<u>-</u>	<u>1.854.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>533.756</u>	<u>56.546</u>	<u>(32.830)</u>	<u>2.412.400</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do período	15.207	(4.747)	18.183
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			-
Depreciação e amortização	654	4.629	8.089
Baixa de ativo imobilizado	441	-	2.802
Equivalência patrimonial	(49.389)	(4.599)	-
Provisão para contingências	(60)	-	10
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	435	-	435
Imposto de renda diferido	-	-	(216)
Juros de empréstimos e financiamentos	3.878	-	13.755
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			-
Contas a receber de clientes	(1.056)	-	(9.756)
Outros valores a receber	(294)	(1.430)	986
Dividendos a receber	-	8.317	-
Impostos a recuperar	(2.157)	342	(2.208)
Adiantamento a fornecedores	(191)	-	(4.000)
Depósitos judiciais	-	-	(13)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			-
Fornecedores	1.528	(511)	(9.787)
Contas a pagar projetos	-	(4.181)	-
Impostos a recolher	(448)	(139)	3.214
Obrigações trabalhistas	2.422	-	6.196
Impostos diferidos	-	-	-
Impostos pagos	-	-	364
Outras obrigações e contas a pagar	1.767	(2.395)	(1.002)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	<u>(27.263)</u>	<u>(4.714)</u>	<u>27.052</u>
Juros pagos	(614)	-	(7.916)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(27.877)</u>	<u>(4.714)</u>	<u>19.136</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de controlada menos saldo líquido de caixa adquirido	-	(44.415)	67.550
Aplicações financeiras vinculadas	2.161	-	(654)
Aquisição de imobilizado	(3.897)	(375)	(113.430)
Adições ao intangível - software	(1.279)	-	10.780
Aquisição de licenças para exploração de geração de energia	(146.572)	(8.293)	(564)
Créditos com pessoas ligadas	(94.245)	(75.730)	946
Caixa e equivalentes de caixa recebidos na incorporação	37.307	-	387.051
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(206.525)</u>	<u>(128.813)</u>	<u>351.679</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de financiamentos - terceiros	20.140	-	31.234
Aumento de capital	384.197	100.000	393.078
Pagamento de financiamentos	(154)	-	(7.933)
Dívidas com pessoas ligadas	-	1.265	(33.141)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>404.183</u>	<u>101.265</u>	<u>383.238</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	<u>169.781</u>	<u>(32.262)</u>	<u>754.053</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do período	200.173	248.511	-
No fim do período	<u>369.954</u>	<u>216.249</u>	<u>754.053</u>
	<u>169.781</u>	<u>(32.262)</u>	<u>754.053</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
RECEITAS			
Vendas de energia	8.331	-	61.140
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	113.430
	8.331	-	174.570
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)			
Custos de compra de energia	(4.870)	-	(3.987)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.491)	(6.695)	(17.253)
Outros custos operacionais	(3.714)	(2.003)	(1.433)
Construção de ativos próprios	-	-	(113.430)
	(20.744)	(8.698)	38.467
VALOR ADICIONADO BRUTO	(20.744)	(8.698)	38.467
Depreciação e amortização	(654)	(4.629)	(8.089)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	(21.398)	(13.327)	30.378
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	49.389	4.599	0
Receitas financeiras	16.903	20.934	17.523
Outras	-	-	-
	44.894	12.206	47.900
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	44.894	12.206	47.900
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(44.894)	(12.206)	(47.900)
Remuneração direta	(16.498)	(10.859)	(5.259)
Benefícios	(2.023)	(1.629)	(1.046)
Impostos, taxas e contribuições	(3.226)	(2.535)	(1.189)
FGTS	(922)	(667)	(325)
Empregados	(22.668)	(15.690)	(7.818)
Federais	(1.318)	-	(7.446)
Municipais	(114)	(148)	(213)
Estaduais	-	-	-
Tributos	(1.432)	(148)	(7.659)
Juros	(3.873)	(28)	(14.017)
Aluguéis/condomínios	(1.723)	(1.075)	(437)
Outras	9	-	214
Remuneração de capitais de terceiros	(5.587)	(1.115)	(14.240)
Remuneração de capitais próprios	-	-	-
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-
Lucros retidos/prejuízo do exercício	15.207	(4.747)	18.183
Lucro (Prejuízo) do exercício	15.207	(4.747)	18.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades nas áreas de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais;
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A maior parte das controladas diretas foram constituídas ou adquiridas com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa e de parques eólicos, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 a 1.5.

1.1. Reestruturação societária CPFL Energia Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A., celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que inclui parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, com a Companhia (anteriormente “ERSA - Energias Renováveis S.A.” ou “ERSA”) e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Energias Renováveis S.A.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL e ERSA) no setor de energias renováveis e com isso obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a ANEEL autorizou por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/2011, publicada no D.O.U. em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, resume-se às seguintes etapas:

Etapa 1:

CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados a PCH's que compunham diretamente o seu patrimônio líquido e os contribui ao capital de três sociedades SPEs, que por sua vez estava sob controle direto da CPFL Geração, a saber:: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. - "Mohini"; JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. - "Jayaditya"; e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. - "Chimay".

Etapa 2:

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicos acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), realizaram aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir para SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPE's Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descritos na etapa 1 acima.

Etapa 3:

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA mediante a emissão de novas ações de ERSA. Concomitantemente a esta contribuição, SMITA foi incorporada pela ERSA como resultado desta etapa a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as etapas 1 e 2. Em 22 de agosto, os Conselhos de Administração de CPFL Geração e CPFL Brasil, e no dia 24 de agosto os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA aprovaram a etapa 3 descrita acima, passando a companhia anteriormente denominada "ERSA - Energia Renováveis S.A.", a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Com a aprovação da etapa 3, e a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%).

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na etapa 3 acima, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento de R\$1.514.584, o qual reflete o valor justo de Smita na data da transação acrescido de um aporte de capital de R\$384.197, realizado por CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

Este aumento no patrimônio líquido da CPFL Renováveis foi contabilizado da seguinte forma: (i) R\$923.855 com aumento de capital, o que reflete o valor nominal das ações emitidas pela CPFL Renováveis; (ii) ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$56.973, o qual se refere ao efeito líquido do custo atribuído ao ativo imobilizado das PCH's da CPFL Geração à época da adoção inicial do CPC/IFRS, e que foi transferido à CPFL Renováveis; e (iii) R\$533.756 como ágio na subscrição de ações, o qual reflete a diferença entre o valor nominal contábil e o valor justo dos ativos da SMITA, que foi contribuída na CPFL Renováveis.

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA, foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurado por suas respectivas administrações tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e *fairness opinion* realizada por banco de primeira linha emitida em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

A reestruturação descrita acima resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 - Combinação de Negócios e *IFRS 3 (R) - Business Combination*, uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração e CPFL Brasil, e através da SMITA passou a deter o controle da CPFL Renováveis. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a CPFL Renováveis (anteriormente denominada ERSA) tenha emitido ações, e na “forma” adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto da CPFL Renováveis, passando a controlar de fato CPFL Renováveis. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 e IFRS 3(R) os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo (fair value), e alocados conforme laudo de avaliação realizado por especialistas, o qual gerou o registro na CPFL Renováveis de (i) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$1.113.544; (ii) estorno do saldo do intangível - goodwill - no montante de R\$200.052; (iii) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo não circulante no montante de R\$378.607; e (iv) outros passivos circulantes no montante de R\$1.129.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a mais valia dos ativos identificáveis e adquiridos, uma vez que as bases fiscais de referidos ativos não foram afetadas pela combinação de negócio, e conseqüentemente geraram diferenças temporárias. Estes impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais valia destes ativos, independente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas, considerando como premissa que esses ativos podem ser realizados através de venda, o que levaria a uma tributação de 34%, na apuração de ganho de capital.

Conforme previsto no CPC 15, a contabilização desta combinação de negócios encontra-se no período de mensuração. Na hipótese de existir algum fator que, na avaliação da Companhia, implique em ajustes na operação, este será realizado retroativamente à data da efetivação da operação.

Impactos no Balanço Patrimonial em 31 de julho de 2011, considerando o aumento de capital em espécie no montante de R\$384.197 realizado em 24/08/2011.

Controladora

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Mais valia dos ativos e passivos de ERSA</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Ativo					
Ativo circulante	38.170	484.899	523.069		523.069
Ativo não circulante:					
Imobilizado	-	4.516	4.516	-	4.516
Investimento	854.933	438.915	1.293.848	696.199	1.990.047
Intangível - goodwill	-	162.408	162.408	(162.408)	-
Outros	-	196.140	196.140	-	196.140
Total ativo não circulante	<u>854.933</u>	<u>801.979</u>	<u>1.656.912</u>	<u>533.791</u>	<u>2.190.703</u>
Total do ativo	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	11.323	12.696	24.019		24.019
Passivo não circulante	285.149	4.636	289.785	35	289.820
Patrimônio líquido	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>

Consolidado

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Mais valia dos ativos e passivos de ERSA</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Ativo					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	-	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	958.559	1.718.819		1.718.819
Intangível - direito de concessão	44.600	30.801	75.401	1.113.544	1.188.945
Intangível - goodwill	-	200.052	200.052	(200.052)	-
Outros	<u>70.830</u>	<u>12</u>	<u>70.842</u>	<u>-</u>	<u>70.842</u>
Total ativo não circulante	<u>875.690</u>	<u>1.189.424</u>	<u>2.065.114</u>	<u>913.492</u>	<u>2.978.606</u>
Total do ativo	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>

1.2. Apresentação das Informações Trimestrais após associação ERSA/CPFL:

a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.

1) Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. em 30 de setembro de 2011, refletem:

- Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação.
- Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA) mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), e refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação.

- A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis em 30 de setembro de 2011 reflete o capital social de ERSA pré-aquisição acrescidos dos efeitos de aumento de capital em função da emissão de ações e incorporação de SMITA, conforme detalhado acima.
- 2) Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. para os períodos comparativos devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 janeiro de 2011, esta não tem demonstrações financeiras consolidadas para períodos anteriores, e, conseqüentemente, não possui informações a serem comparadas.
- b) Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis em 30 de setembro de 2011 foi considerado o que prescreve o CPC 43 parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes de forma a obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais foi também considerado o ICPC 09, parágrafo 68, o qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que ele está vinculado ao conceito de entidade econômica como um todo, e nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:
- 1) As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis, em 30 de setembro de 2011, refletem:
- Ativos e passivos de SMITA pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação.
 - Ativos e passivos de ERSA mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R) e refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação. Conseqüentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais (controlador e consolidado), reconciliam para o mesmo valor.
- 2) As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Energia Renováveis S.A. para os períodos comparativos refletem as demonstrações financeiras estatutárias da CPFL Renováveis, ou seja, as demonstrações financeiras individuais já apresentadas da ERSA (atual CPFL Energias Renováveis S.A.) sem qualquer alteração.

1.3. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 30 de setembro 2011 a Companhia possuía as seguintes outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCH's</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	-	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,8
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	30 anos	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	-	0,7
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	-	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	-	0,8
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Salto Góes	2	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Boa Vista I	3	Emendamento *	-	-	9,0
Boa Vista II	3	Emendamento *	-	-	28,0
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Penedo	3	Emendamento *	-	-	17,0
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Tombo	3	Emendamento *	-	-	16,0

* Resolução autoriza em processo de obtenção.

Status:

- 1) Em operação.
- 2) Em construção.
- 3) Em preparação.

1.4. Projetos de geração eólica

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possuía as seguintes outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Campos dos Ventos I	1	Emendamento *	-	-	30,0
Campos dos Ventos II	1	Emendamento *	-	-	30,0
Campos dos Ventos III	1	Emendamento *	-	-	30,0
Campos dos Ventos V	1	Emendamento *	-	-	30,0
Costa Branca	1	Portaria 585/11	11/10/2011	35 anos	20,7
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Juremas	1	Portaria 556/11	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	1	Portaria 557/11	27/09/2011	35 anos	20,7
Pedra Preta	1	Portaria 564/11	11/10/2011	35 anos	20,7
Santa Clara I	1	Port.609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Port.683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Port.610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Port.672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Port.838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Port.670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	1	Emendamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	1	Emendamento *	-	-	28,0
São Benedito	1	Emendamento *	-	-	28,0
São Domingos	1	Emendamento *	-	-	28,0
Ventos de São Dimas	1	Emendamento *	-	-	30,0
Ventos de São Martinho	1	Emendamento *	-	-	28,0
Baixa Verde	2	Emendamento *	-	-	13,8
Cajueiro	2	Emendamento *	-	-	29,9
Costa das Dunas	2	Emendamento *	-	-	29,9
Farol de Touros	2	Emendamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	2	Emendamento *	-	-	13,8
Gameleira	2	Emendamento *	-	-	18,4

* Resolução autoriza em processo de obtenção.

(1) - Construção

(2) - Preparação

1.5. Projetos de geração à biomassa

Em 30 de setembro de 2011 a companhia possuía as seguintes outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

Projetos Biomassa Grupo CPFL Renováveis	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Buriti	2	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Ipê	2	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra	2	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Coopcana	2	em andamento *	-	-	50,0
Alvorada	2	em andamento *	-	-	50,0

* Resolução autoriza em processo de obtenção.

(1) - Operação

(2) - Construção

1.6. Estudo e desenvolvimento de novos projetos

A CPFL Energia Renováveis S.A. investiu R\$859 (despesa operacional) no trimestre em sua área de novos negócios, pesquisando e desenvolvendo inventários de rios, promovendo estudos de engenharia, analisando viabilidade de projetos e estudos ambientais, identificando e arrendando áreas para medição de ventos e prospectando PCHs, usinas de cogeração e usinas eólicas para aquisição.

1.7. Comercialização de energia - controladora

A CPFL Energia Renováveis S.A. comercializou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, 69.080 MW/h. (*), gerando uma receita bruta de R\$8.331.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

1.8. Acordo de acionistas

A partir de 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas do qual fazem parte com as respectivas participações no capital votante: Grupo CPFL (54,50%); Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (9,87%); Secor - LLC (11,36%); Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (6,14%); DEG Deutsche Investitions - UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH (3,04%); GMR Energia S.A. (2,75%); Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (9,38%); Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,73%); Roberto Sahade (0,41%); Guilherme Sahade (0,41%); e Marcelo Sahade (0,41%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações, direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along” e de preferência.

Além disto, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificados em Assembleias Gerais e em Conselho de Administração.

1.9. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board - IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais preparadas de acordo com o CPC 21, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações trimestrais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis do Grupo CPFL, descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Macacos	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini Empreendimentos	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Navegantes	Integral	95%	-
Baixa Verde	Integral	95%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Paíol	Integral	-	100%
Boa Vista 1	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	PCH Participações S.A.	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Pedra Preta	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Chimay Empreendimentos	Integral	100%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
CPFL Bio Buriti	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
CPFL Bio Formosa	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
CPFL Bio Ipe	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
CPFL Bio Pedra	Integral	100%	-	São Domingos	Integral	100%	-
CPFL Bioenergia	Integral	100%	-	São Gonçalo	Integral	-	100%
CPFL SUL Centrais Elétricas	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding S.A.	Integral	100%	-	Bio Coopcana S.A.	Integral	100%	-
Eurus V	Integral	100%	-	Bio Alvorada S.A.	Integral	100%	-
Eurus VI	Integral	100%	-	Turbina 14	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 15	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Jayaditya Empreendimentos	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Juremas	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas pela controladora no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

Descrição dos principais critérios de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais na situação que as controladas têm passivo a descoberto, a Companhia limita o registro da participação de acionistas não controladores a zero.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis do Grupo CPFL, descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As normas e respectivas alterações das normas existentes que foram publicadas em 2010 e divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (nota da CPFL nº 2) como não obrigatórias para aplicação naquele exercício e ainda aquelas normas e respectivas alterações das normas existentes que foram publicadas até a data de emissão e/ou arquivamento das informações trimestrais, não são obrigatórias para aplicação no trimestre findo em 30 de setembro de 2011. Não houve adoção antecipada por parte dessas normas e alterações das normas existentes, quando é permitido, por parte da Companhia e suas controladas.

4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A principal transação ocorrida no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 - Combinação de negócios. A forma de apresentação das informações trimestrais, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação estão detalhados na nota explicativa no, 1.1. e 1.2.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 30 de setembro de 2011 referem-se às seguintes modalidades de contratos de fornecimento de energia:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011
Circulante			
Concessionárias e permissionárias	1.564	508	29.847
Total	1.564	508	29.847

O cronograma previsto de recebimentos é:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	-	0 - 15 dias	5.412
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	4.629
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	18.242
46 - 60 dias	1.564	46 - 60 dias	1.564
	<u>1.564</u>		<u>29.847</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 32 dias da data da competência do faturamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grande consumidor livre com baixo risco de crédito, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Segue abaixo os saldos em aberto no contas a receber:

- R\$5.191 refere-se as SPEs Alto Irani Energia, Plano Alto Energia e Cocais Grande Energia possuem contratos assinados com a Eletrobrás para fornecimento de energia por 20 anos a partir do início das operações, com índice de correção atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- R\$2.095 refere-se as SPE's Arvoredo Energia e Varginha Energia que venderam energia no 1º Leilão de Fontes Alternativas em setembro de 2007 para 17 concessionárias de distribuição nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro Oeste para fornecimento de energia por um período de 30 anos. Os contratos são corrigidos anualmente pelo IPCA.
- R\$7.373 refere-se as SPE's Paiol Energia, São Gonçalo Energia, Ninho da Águia Energia, Barra da Paciência Energia, Corrente Grande Energia e SPE Várzea Alegre Energia S.A. que mantêm contratos de venda de energia com consumidores no ACL, firmados em julho de 2007, com suprimento de 2010 até 2024.

(d) R\$1.564 refere-se a CPFL Energia Renováveis S.A. que comercializou no ano 69.080MW/h (*).

(e) R\$13.624 refere-se a energia produzida pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e pela Bio Energia, Bio Formosa, Bio Buriti, que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulistana e CPFL Brasil.

(*). Informação não revisada pelos auditores independentes.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011
<u>Circulante</u>			
Antecipações de Impostos de renda e contribuição social	-	-	213
Impostos de renda e contribuição social a compensar	492	2.400	2.052
Imposto de renda na fonte - IRRF	6.464	2.736	11.472
Outros	349	12	1.516
Total	7.305	5.148	15.254

Os valores de impostos a recuperar, em sua maioria, referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e foram gerados a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização.

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Consolidado</u>
<u>Não circulante</u>	<u>30/09/2011</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	36.039
Reembolso RGR (b)	1.106
Contratos de pré-compra de energia (c)	33.874
Total	71.019

(a) O montante de R\$36.039 é relativo ao direito de receber da CPFL Bioenergia junto a Baldin Bioenergia pelos investimentos efetuados para a construção da usina termelétrica de co-geração movida a queima de biomassa como combustível.

(b) Valores referentes a reserva global de reversão (RGR) que serão compensadas nos próximos meses pelas controladas Chimay, Mohini e Jayaditya.

(c) O montante de R\$33.874 refere-se à aquisição da parcela de energia excedente para entrega futura negociada entre CPFL Bioenergia e Baldin Bioenergia.

10. PARTES RELACIONADAS

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	248.570	153.830	-
Crédito com pessoas ligadas	-	5	-
Valores a receber à pessoas ligadas (a)	810	908	-
	249.380	154.743	-

Passivo circulante	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011
Pagamento baseado em ações	946	511	946
Valores a pagar à pessoas ligadas	4.081	4.124	-
	5.027	4.635	946

10.1. Ativo não circulante

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Controlada	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
Alto Irani	1.541	1.540
Baixa Verde	-	59
Boa Vista 1	869	866
Boa Vista 2	2.699	2.341
Cachoeira Grande	466	67
Cajueiro	1	59
Chimay Empreendimentos	9.684	-
Costa Branca	4.882	92
Costa das Dunas	-	126
Eurus V	500	-
Farol de Touros	10	98
Figueira Branca	-	80
Gameleira	3	-
Juremas	6.424	100
Macacos	5.086	555
Navegantes	183	65
Paraitinga	208	206
PCH Holding	155.108	140.217
Pedra Preta	4.900	113
Penedo	1.842	1.700
Plano Alto	3.413	3.362
Salto Góes	24.680	-
Santa Clara I	12.220	-
Santa Clara II	5.620	-
Santa Clara III	7.100	-
Santa Cruz	4	1.136
Tombo	1.112	1.049
Turbina 11	4	-
Coopcana	5	-
Alvorada	4	-
Turbina 14	3	-
Turbina 15	2	-
Total	248.570	153.830

- (a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuro aumento de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 31 de dezembro de 2011.
- (b) Valores a receber de pessoas ligadas: refere-se a rateio de despesas de operação e manutenção. Em 2010, parte do pessoal da CPFL Renováveis passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e cobrado das controladas via rateio de despesas. Em 30 de setembro de 2011, o valor a receber das controladas é de R\$810 (R\$908 em 31 de dezembro de 2010).

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações; em 9 de março de 2010 foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações; e em 01 de março de 2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações.

O preço de exercício do Programa de 2009 foi fixado em R\$1,23 por ação, corrigido pelo índice IPCA de 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo exercício da opção pelos beneficiários. Os preços de exercício das opções de 2010 e de 2011 foram fixados em R\$1,84 por ação, corrigidos pelo índice IPCA de 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo exercício da opção pelos beneficiários.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

A Companhia adotou como base para o cálculo do valor justo das opções o preço por ação da última capitalização de R\$2,13. Até setembro de 2011 foram provisionados R\$435 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
1º Programa		
Quantidade de ações		
Opções de outorgadas	1.114.938	1.114.938
Opções exercíveis	909.758	534.278
Valor das opções de compra de ações		
Preço do exercício atualizado	1,41	1,36
Valor justo da opção	0,72	0,70
Efeito no resultado	213	374
Efeito no Passivo	655	442

30/09/2011 31/12/2010**2º Programa****Quantidade de ações**

Opções de outorgadas	1.220.791	1.220.791
Opções exercíveis	911.354	279.805

Valor das opções de compra de ações

Preço do exercício atualizado	1,98	1,93
Valor justo da opção	0,15	0,13

Efeito no resultado	69	69
Efeito no Ativo	541	541
Efeito no Passivo	138	69

3º Programa**Quantidade de ações**

Opções de outorgadas	2.350.000
Opções exercíveis	-

Valor das opções de compra de ações

Preço do exercício atualizado	1,98
Valor justo da opção	0,15

Efeito no resultado	153
Efeito no Passivo	153

A liquidação das opções será realizada através de pagamentos em caixa.

10.3. Outras transações com partes relacionadas

A. No balanço patrimonial:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2011</u>
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	
Banco Bradesco	199.810
Banco BTG Pactual	139.066
Valores a receber	
Grupo CPFL	2.657
Não circulante	
Aplicações financeiras vinculadas	
Banco Bradesco	31.986
Banco BTG Pactual	-
Total	<u><u>373.519</u></u>
Passivo	
Valores a pagar	
Grupo CPFL	1.701
Total	<u><u>1.701</u></u>

Remuneração média do período para o Bradesco é de 100,57% e para o BTG é de 102,01%, tendo como referência o DI.

B. No resultado:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2011</u>
Receita com venda de energia	
CPFL Brasil	<u>3.010</u>
	3.010
Custo compra de energia	
CPFL Brasil	<u>(696)</u>
	(696)

10.4. Passivo circulante

Valores a pagar - pessoas ligadas

O valor a pagar entre pessoas ligadas é de R\$4.081 que se refere à transação de readequação da dívida das controladas SPE Plano Alto S.A. e SPE Alto Irani S.A.. A Companhia manteve um saldo a integralizar naquelas controladas.

10.5. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$1.417, composto somente por salários e benefícios de curto prazo.

11. INVESTIMENTOS

Composição:

	Controladora	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimonio líquido da controladora	1.382.969	359.868
Mais valia de ativos líquidos	695.383	-
Direito de exploração de atividade de geração - autorização	73.091	163.180
Total	<u>2.151.443</u>	<u>523.048</u>

Com a exceção da PCH Holding S.A. e da PCH Holding 2 Ltda., todas as demais sociedades constituídas têm por finalidade explorar o potencial de PCHs, Parques Eólicos ou de Co-geração.

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

	30/09/2011			
	Quantidade (mil) de ações	Participação no capital - %	Patrimônio líquido	Resultado do período
Controladas diretas				
Alto Irani	2.099	100%	22.863	6.999
Baixa Verde	6.254	95%	6.365	136
Boa Vista 1	1	100%	(91)	(2)
Boa Vista 2	1	100%	(147)	(17)
Cachoeira Grande	7.166	100%	6.941	(18)
Cajueiro	12.546	95%	12.789	260
Campos dos Ventos I, II, III, IV, V e EURUS V	65	100%	70.434	982
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.925	175
Chimay Empreendimentos	75.854	100%	114.663	5.559
Costa Branca	9.684	100%	9.487	(120)
Costa das Dunas	13.611	100%	14.155	536
CPFL Bio Buriti	127.697	100%	127.604	3
CPFL Bio Formosa	119.000	100%	118.525	(280)
CPFL Bio Ipe	20.841	100%	21.100	(3)
CPFL Bio Pedra	104.530	100%	104.678	5
CPFL Bioenergia	46.288	100%	57.008	357
CPFL SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	17.461	186
Eurus VI	3.975	100%	4.165	3
Farol de Touros	10.494	90%	10.695	206
Figueira Branca	6.447	100%	6.549	153
Gameleira	8.852	100%	8.975	476
Jayaditya Empreendimentos	17.691	100%	38.841	2.836
Juremas	9.694	100%	7.499	(77)
Macacos	10.326	100%	9.830	(224)
Mohini Empreendimentos	59.933	100%	75.523	5.722
Navegantes	1	95%	(34)	(3)
Paraitinga	893	100%	(207)	(4)
PCH Holding	279.316	100%	289.777	20.448
PCH Holding 2	1	100%	1	1
Pedra Preta	10.232	100%	9.489	(114)
Penedo	1	100%	(103)	(8)
Plano Alto	1.527	100%	16.100	5.390
Salto Góes	17.656	100%	16.280	(1.094)
Santa Clara I	15.849	100%	16.789	81
Santa Clara II	15.849	100%	16.857	77
Santa Clara III	15.849	100%	16.773	73
Santa Clara IV	15.849	100%	16.848	57
Santa clara VI	15.849	100%	16.667	51
Santa Clata V	15.849	100%	16.764	52
Santa Cruz	6.703	100%	6.188	(26)
Santa Mônica	11.101	100%	11.212	111
Santa Ursula	11.101	100%	11.212	111
São Benedito	11.101	100%	11.190	89
São Domingos	11.101	100%	11.212	111
Tombo	100	100%	(87)	(26)
Turbina 11	1	100%	(4)	(4)
Coopcana	1	100%	(4)	(4)
Alvorada	1	100%	(4)	(4)
Turbina 14	1	100%	(3)	(3)
Turbina 15	1	100%	(2)	(3)
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	11.190	86
Ventos de São Martinho	11.101	100%	11.190	89
Controladas indiretas				
Aiuruoca	21.303	100%	13.406	(89)
Arvoredo	45.910	100%	47.254	2.200
Barra da Paciência	22.954	100%	27.368	5.833
Cocais Grande	15.290	100%	15.751	1.701
Corrente Grande	25.738	100%	26.579	2.075
Ninho da Águia	33.805	100%	33.947	2.119
Paiol	26.583	100%	29.620	4.924
São Gonçalo	28.676	100%	29.991	2.658
Varginha	20.587	100%	20.337	940
Varzea Alegre	24.580	100%	24.484	878

Movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011-
Controladora:

	31/12/2010		30/09/2011			
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento / (Reduções) de capital	Ajuste valor de mercado	Reestruturação Societária	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
Aiuruoca	-	-	-	-	-	-
Alto Irani	15.864	(2.080)	110.788	-	6.999	131.571
Arvoredo	-	-	-	-	-	-
Baixa Verde	(29)	6.253	1.527	-	136	7.887
Barra da Paciência	-	-	-	-	-	-
Boa Vista 1	(89)	-	-	-	(2)	(91)
Boa Vista 2	(129)	-	48.873	-	(17)	48.727
Cachoeira Grande	6.958	-	1.752	-	(18)	8.692
Cajueiro	(30)	12.545	3.309	-	260	16.084
Campos dos Ventos I, III, IV, V e EURUS V	-	-	-	-	982	982
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos II	-	-	-	83.202	175	83.377
Campos dos Ventos III	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos IV	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	-	-	-	109.104	5.559	114.663
Cocais Grande	-	-	-	-	-	-
Corrente Grande	-	-	-	-	-	-
Costa Branca	9.608	-	32.658	-	(120)	42.146
Costa das Dunas	(45)	13.610	3.484	-	536	17.585
CPFL Bio Burity	-	6.310	-	121.291	3	127.604
CPFL Bio Formosa	-	-	-	118.805	(280)	118.525
CPFL Bio Ipe	-	5.750	-	15.352	(3)	21.100
CPFL Bio Pedra	-	19.010	-	85.662	5	104.678
CPFL Bioenergia	-	-	-	56.651	357	57.008
CPFL SUL Centrais Elétricas	-	-	-	17.275	186	17.461
Eurus V	-	-	-	-	-	-
Eurus VI	-	-	-	4.162	3	4.165
Farol de Touros	(25)	10.493	2.412	-	206	13.086
Figueira Branca	(50)	6.446	1.608	-	153	8.157
Gameleira	468	8.028	2.144	-	476	11.116
Jayaditya Empreendimentos	-	-	-	36.005	2.836	38.841
Juremas	7.582	-	26.896	-	(77)	34.401
Macacos	10.056	-	35.233	-	(224)	45.065
Mohini Empreendimentos	-	-	-	69.801	5.722	75.523
Navegantes	(31)	-	-	-	(3)	(34)
Ninho da Águia	-	-	-	-	-	-
Paíol	-	-	-	-	-	-
Paraitinga	(203)	-	-	-	(4)	(207)
PCH Holding	269.329	-	226.333	-	20.448	516.110
PCH Holding 2	-	-	-	-	-	-
Pedra Preta	9.603	-	35.237	-	(114)	44.726
Penedo	(92)	-	24.210	-	(8)	24.110
Plano Alto	10.710	-	83.985	-	5.390	100.085
Salto Góes	14.756	2.625	36.591	-	(1.094)	52.878
Santa Clara I	-	-	-	16.708	81	16.789
Santa Clara II	-	-	-	16.781	77	16.858
Santa Clara III	-	-	-	16.700	73	16.773
Santa Clara IV	-	-	-	16.791	57	16.848
Santa clara VI	-	-	-	16.617	51	16.667
Santa Clara V	-	-	-	16.711	52	16.764
Santa Cruz	4.932	1.283	850	-	(26)	7.039
Santa Mônica	-	11.101	-	-	111	11.212
Santa Ursula	-	11.101	-	-	111	11.212
São Benedito	-	11.101	-	-	89	11.190
São Domingos	-	11.101	-	-	111	11.212
São Gonçalo	-	-	-	-	-	-
Tombo	(61)	-	17.493	-	(26)	17.406
Turbina 11	-	1	-	-	(4)	(4)
Turbina 12	1	(0)	-	-	(4)	(4)
Turbina 13	-	1	-	-	(4)	(4)
Turbina 14	-	1	-	-	(3)	(3)
Turbina 15	-	1	-	-	(3)	(2)
Varginha	-	-	-	-	-	-
Varzea Alegre	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Dimas	-	11.101	-	-	86	11.187
Ventos de São Martinho	-	11.098	-	-	92	11.190
Investimento Incorporação Smita	-	-	-	-	-	-
	359.083	156.878	695.383	817.619	49.389	2.078.352
Provisão de Passivo a descoberto	785	-	-	-	-	785
Total do investimento	359.868	156.878	695.383	817.619	49.389	2.079.137

O valor de investimento considerado no ajuste a valor de mercado dos empreendimentos controlados pela CPFL Renováveis foi de R\$696.199 conforme nota nº 1.1 e a amortização no período foi de R\$816, restando o saldo de R\$695.383 em investimentos. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações (negócio de vida finita).

Direito de autorização

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de autorização das seguintes SPEs:

	Controladora					30/09/2011
	31/12/2010	Reestruturação				
		Societária	Adições	Realocação	Transferências	
Alto Irani Energia	60.488	-	-	(60.488)	-	-
Boa Vista 1 Energia	5.004	-	-	(5.004)	-	-
Boa Vista 2 Energia	18.569	-	-	(18.569)	-	-
Macacos Energia	3.156	-	-	(3.156)	-	-
Baixa Verde Energia	982	-	-	(982)	-	-
Navegantes Energia	982	-	-	(982)	-	-
Cajueiro Energia	982	-	-	(982)	-	-
Juremas Energia	2.456	-	-	(2.456)	-	-
Costa Branca Energia	3.158	-	-	(3.158)	-	-
Pedra Preta Energia	3.158	-	-	(3.158)	-	-
Paraitinga Energia	-	-	-	-	-	-
Penedo Energia	9.174	-	-	(9.174)	-	-
Plano Alto Energia	47.660	-	-	(47.660)	-	-
Gameleiras Energia	7.411	-	-	(7.411)	-	-
Santa Clara I	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara II	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara III	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara IV	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara V	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara VI	-	5.077	-	-	-	5.077
Eurus VI	-	1.273	-	-	-	1.273
Campos dos Ventos II	-	5.578	-	-	-	5.578
São Benedito	-	-	5.963	-	-	5.963
São Domingos	-	-	5.963	-	-	5.963
Santa Mônica	-	-	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	-	-	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	5.963	-	-	5.963
Ventos de Santo Dimas	-	-	5.963	-	-	5.963
	163.180	37.313	35.778	(163.180)	-	73.091

O saldo do direito de autorização no período findo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$163.180 amortizado até 31 de julho de 2011 o valor de R\$772, dando base para a realocação do intangível de R\$162.408 conforme a nota nº 1.1.

- (1) O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas e o custo de aquisição. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações (negócio de vida finita).

- (2) Em conexão com a reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 1.1, o montante de R\$163.180 foi estornado na controladora. No consolidado esse valor é parte integrante do valor justo avaliado e registrado em cada empreendimento integrante dos ativos da antiga ERSA.
- (3) Redução ao valor recuperável de ativos. A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa no ano de 2010, com base nas premissas citadas na nota nº 2 do Grupo CPFL em 31 de dezembro de 2010 - principais práticas contábeis, e não identificou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável a ser alocada às unidades geradoras de caixa.

12. IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Taxa (i)	30/09/2011		31/12/2010	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	926	(269)	657	639
Máquinas e equipamentos	10	333	(17)	316	13
Sistemas aplicativos	20	1.350	(357)	993	865
Equipamentos processamento de dados	20	1.041	(394)	647	526
Benfeitorias	25	1.200	(755)	445	873
Terrenos		2.029	-	2.029	51
Imobilizado em andamento		327	-	327	309
Veículos		356	-	356	-
Adiantamentos a fornecedores		308	-	308	-
Total controladora		7.870	(1.792)	6.078	3.276

<u>Consolidado</u>	Taxa (i)	30/09/2011			
		Custo	Depreciação	Líquido	
Edificações e instalações	3 a 4	685.537	(51.261)	634.276	
Reservatórios e barragens	3 a 4	194.316	(131.255)	63.061	
Máquinas e equipamentos	3 a 4	617.429	(136.373)	481.056	
Móveis e utensílios	10	2.706	(872)	1.834	
Veículos	25	775	(188)	587	
Terrenos		32.347	-	32.347	
Imobilizado em curso		585.998	-	585.998	
Total Consolidado		2.119.108	(319.949)	1.799.159	

<u>Movimentação do imobilizado</u>	30/09/2011		
	Custo	Depreciação	Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2010	-	-	-
Reestruturação societária I (a) e (c)	1.020.231	(280.934)	739.297
Saldo em 30 de julho 2011	1.020.231	(280.934)	739.297
Adições	21.979	(1.016)	20.963
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de julho 2011 antes da reestruturação societária II	1.042.210	(281.950)	760.260
Reestruturação societária II (b)	988.248	(31.803)	956.445
Saldo em 31 de julho 2011	2.030.458	(313.753)	1.716.705
Adições	91.451	(6.195)	85.256
Baixas	(2.802)	-	(2.802)
Saldo em 30 de setembro 2011	2.119.107	(319.948)	1.799.159

- a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base de 30 de junho de 2011.
- b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.
- c) A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data base de 30 de junho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído (“deemed cost”) registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”), enquanto que outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais valia no montante de R\$56.973, foi registrada no patrimônio líquido na conta de Reserva Especial - Ajuste de Avaliação Patrimonial.
- d) A Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa no ano de 2010, com base nas premissas citadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, e não identificou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável a ser alocada às unidades geradoras de caixa.
- e) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$8.089 (no consolidado), classificado no grupo de custos de geração de energia.

13. INTANGÍVEL

Em 30 de setembro de 2011, a movimentação do saldo do intangível das controladas totalizava:

Controladora

O saldo de R\$1.279 refere-se a aquisição de software realizada no trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

Consolidado

Composição:

	Consolidado		
	Custo	Amortização	Liquido
Direito de autorização	1.217.464	(808)	1.216.656
Outros intangíveis	8.965	(430)	8.535
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>1.226.429</u>	<u>(1.238)</u>	<u>1.225.191</u>

A mutação do intangível para o período de 30 de setembro de 2011

	Consolidado		
	Custo	Amortização	Liquido
Saldo em 30 de junho de 2011	-	-	-
Reestruturação societária I (a)	32.902	(360)	32.542
Adições	12.059	-	12.059
Reestruturação societária II (b)	1.144.373	-	1.144.373
Saldo em 31 de julho de 2011	<u>1.189.334</u>	<u>(360)</u>	<u>1.188.974</u>
Adições	37.095	(878)	36.217
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>1.226.429</u>	<u>(1.238)</u>	<u>1.225.191</u>

- (a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base de 30 de junho de 2011,
- (b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSa conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

Direitos de Autorização:

Nos primeiros nove meses de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de autorização das seguintes SPEs:

	<u>Custo</u>
PCH Holding	420.663
Alto Irani	167.861
Plano Alto	127.327
Salto Goes	59.692
Macacos	53.384
Pedra Preta	53.390
Cachoeira Grande	5.681
Santa Cruz	3.420
Juremas	40.751
Boa Vista I	495
Boa Vista II	75.479
Costa Branca	49.482
Penedo	37.507
Tombo	26.505
Gameleira	3.248
Figueira Branca	2.436
Cajueiro	5.278
Baixa Verde	2.436
Costa Branca	5.278
Farol de Touros	4.060
Santa Clara I	5.077
Santa Clara II	5.077
Santa Clara III	5.077
Santa Clara IV	5.077
Santa Clara V	5.077
Santa Clara VI	5.077
Eurus VI	1.273
Campos dos Ventos II	5.578
São Benedito	5.963
São Domingos	5.963
Santa Mônica	5.963
Santa Ursula	5.963
Ventos de São Martinho	5.963
Ventos de Santo Dimas	5.963
Saldo em 30 de setembro 2011	<u><u>1.217.464</u></u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi registrada despesa de amortização do direito de autorização no valor de R\$808, classificada no grupo de despesa operacionais.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo do ativo intangível inclui a mais valia dos ativos líquidos da antiga ERSA no montante de R\$1.113.544, decorrente da reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 1.1.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011 são:

Agente Financiador	Controladora					31/12/2010 Total
	30/09/2011					
	Circulante		Total	Não Circulante		
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total		
BNDES	3.008	14.761	17.769	308.803	326.572	-
	3.008	14.761	17.769	308.803	326.572	-

Agente Financiador	Consolidado				
	30/09/2011				
	Circulante		Total	Não Circulante	
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	
BNDES	4.565	55.999	60.564	770.435	830.999
SAFRA	3.862	19.250	23.112	74.250	97.362
	8.427	75.249	83.676	844.685	928.361

A movimentação do financiamento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 está representada como segue:

31/12/2010	Controladora					Saldo Final
	30/09/2011					
Saldo Final	Liberações	Reestruturação Societária	Juros	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
-	20.140	303.322	3.878	(154)	(614)	326.572
-	20.140	303.322	3.878	(154)	(614)	326.572

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro 2010	-
Reestruturação societária I (a)	378.087
Novas captações	11.094
Pagamento de principal	(820)
Pagamento de juros	(449)
Encargos financeiros apropriados no resultado	1.488
Reestruturação societária II (b)	521.134
Saldo em 31 de julho 2011	910.534
Novas captações	20.140
Pagamento de principal	(7.113)
Pagamento de juros	(7.467)
Encargos financeiros apropriados no resultado	12.267
Saldo em 30 de setembro 2011	928.361

- (a) Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base de 30 de junho de 2011,
- (b) Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa no. 1.1.

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos é:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2012	123.457
2013	94.737
2014	96.852
2015	66.543
2016	133.518
2017	116.992
2018 a 2022	225.004
2023 a 2027	68.617
2028 a 2029	2.641
Total	<u>928.361</u>

- a) Em 2008 o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs controladas indiretas, a uma taxa média de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação destas operações de financiamento chegará até o montante de R\$405.370 (valor original).

A SPE Cocais Grande iniciou a amortização do principal em outubro de 2009, a SPE Paiol iniciou a amortização em novembro de 2010, a SPE Arvoredo iniciou a amortização em dezembro de 2010, a SPE São Gonçalo iniciou a amortização em janeiro de 2011, as SPE's Ninho da Águia, Varginha e Corrente Grande tiveram início da amortização em setembro de 2011. Nas demais SPEs a amortização teve seu início em julho de 2011. O prazo de amortização para todos os contratos é de 168 parcelas mensais. Os contratos possuem uma carência de seis meses a partir da entrada em operação.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.

- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
 - Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
 - Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
 - Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
 - Seguro garantia dos principais fornecedores.
- b) Em 2010 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas indiretas Santa Clara I a VI e Eurus VI. Neste período, foi liberado o montante de R\$79.938. O saldo remanescente de R\$494.160 deve ser liberado até Abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.
- c) Também em 2010 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547, que serão destinados às controladas indiretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Neste período, foi liberado o montante de R\$229.150 e o saldo remanescente de R\$169.397 está previsto para ser liberado até dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que tem limite até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens b) e c) acima são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.;
- Alienação fiduciária de equipamentos;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios; e
- Penhor de quotas (em alguns casos).

Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A. com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto com o BNDES e a International Finance Corporation - IFC, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco ABN AMRO Real S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto.

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,4% ao ano.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida foram assinados acordos de acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 30 de setembro de 2011.

15. CONTAS A PAGAR PROJETOS

O valor de R\$35.281 refere-se a compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no estado do Ceará. O valor será pago até o final do ano de 2011.

16. PROVISÕES

16.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que até a entrada em operação comercial das PCH's ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado.

A provisão é registrada com base em orçamentos futuros elaborados pela Administração da Companhia, a qual é considerada suficiente para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de operação das usinas em operação.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo total da provisão para custos socioambientais é de R\$72.876.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos trabalhistas, previdenciários, tributários, cíveis e ambientais.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas é a seguinte:

	Consolidado				Saldo em 30/09/11
	Saldo em 31/12/10	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Adições	
Trabalhistas	-	-	-	-	-
Cíveis	-	-	259	10	269
Fiscais	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	259	10	269
Depósitos judiciais	-	-	-	(13)	(13)

	Controladora			
	31/12/2010	Provisão	Reversão	30/09/2011
Trabalhista	60	-	(60)	-
	60	-	(60)	-

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Os saldos dos riscos avaliados como provável são:

	Consolidado		
	30/09/2011		31/12/2010
	Provisão para contingência	Depósitos e bloqu岸os judiciais	Provisão para contingência
Trabalhistas			
Diversos	-	-	-
Cíveis			
Danos pessoais	269	(13)	-
Outras	-	-	-
	269	(13)	-
Fiscais			
Outras	-	-	-
	269	(13)	-
Total	269	(13)	-

	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
Trabalhista	-	60
	-	60

Riscos avaliados como possível:

Cíveis

Em 30 de setembro de 2011, as controladas eram parte em 5 ações, no montante de R\$35, ajuizadas por atingidos, direta ou indiretamente, em razão da implantação de PCHs.

Tributárias

Em 30 de setembro de 2011, as controladas apresentam questionamentos tributários referentes ao recolhimento de ISS sobre os valores constantes do Contrato de Fornecimento de Bens e Serviços para implantação do Parque Eólico Santa Clara I a Preço Global celebrado entre Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. e Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. O Município de Parazinho pleiteia a cobrança do ISS, tanto sobre os valores dos equipamentos, quanto sobre os valores de serviços, em razão do adiantamento pago pela Santa Clara I (R\$12.125), uma vez que o contrato não detalha exatamente o quanto se trata de serviços e o quanto se refere aos equipamentos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.854.928 em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 R\$874.695), representado por 1.676.101.458 (em 31 de dezembro de 2010 708.403.499) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária, de acordo com a legislação societária brasileira, em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	30/09/2011		31/12/2010	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	731.564.653	43,65%	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	181.910.646	10,85%	-	-
Secor LLC	190.413.272	11,36%	197.951.768	27,94%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	165.362.205	9,87%	171.908.925	24,27%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	29.042.714	1,73%	-	-
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	157.196.439	9,38%	163.419.877	23,07%
DEG- Deutsche Investitions Und Ent MBH	51.025.261	3,04%	53.045.360	7,49%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	102.872.952	6,14%	52.723.053	7,44%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	46.051.800	2,75%	47.875.000	6,76%
Outros (pessoas físicas)	20.661.516	1,23%	21.479.516	3,03%
	1.676.101.458	100%	708.403.499	100%

c) Reservas de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011 foram deliberadas os seguintes temas:

- 1) Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Companhia, reduzindo o saldo de reserva de capital e aumentando o capital social.
- 2) Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Companhia.
- 3) A associação entre a ERSA e CPFL Energia resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15. Na essência contábil, esta operação refletiu numa aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da ERSA foram avaliados a valor justo. O respectivo laudo de avaliação, realizado por especialistas, gerou o registro na CPFL Renováveis de um intangível de autorização no montante de R\$533.756, em contrapartida à conta de reserva de ágio na subscrição de ações no patrimônio líquido.

d) Reserva legal

A reserva legal será constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária.

e) Reserva Especial

Conforme mencionado na nota 1.1, determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”). O saldo líquido da mais valia, no montante de R\$56.973, foi registrado na conta de reserva especial - ajuste de avaliação patrimonial.

f) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Não houve apuração de lucros em 2009 e 2010.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Receita bruta de venda de energia				
Receita de venda de energia	5	8.331	-	61.140
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	-	(770)	-	(3.059)
Receita operacional líquida	5	7.561	-	58.081

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 30 de setembro de 2011 têm as seguintes características:

	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	182,06	IGPM
Cocais Grande	Proinfa	5,2	182,06	IGPM
Plano Alto	Proinfa	10,2	182,06	IGPM
Arvoredo	CCEAR	7,0	162,09	IPCA
Varginha	CCEAR	4,0	162,09	IPCA
Aiuruoca	Mercado Livre	9,9	168,08	IPCA
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,1	168,08	IPCA
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	168,08	IPCA
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	168,08	IPCA
Paíol	Mercado Livre	11,2	168,06	IPCA
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	168,08	IPCA
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	168,08	IPCA
Jayaditya	Mercado Livre	23,7	101,16	IGPM
Mohini	Mercado Livre	24,0	101,16	IGPM
Chimay	Mercado Livre	24,5	101,16	IGPM
Sul Centrais	Mercado Livre	4,2	151,22	IGPM
Bio Energia	Mercado Livre	9,7	140,00	IGPM
Bio Formosa	Mercado Livre	11,0	145,94	IPCA

(*) Data de referência: 30/09/2011

20. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			Consolidado
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Custo da Receita Operacional				
Custo de compra de energia	(3.510)	(4.793)	-	(3.910)
Provisão de compra de energia (a)	4.425	(77)	-	(77)
Custo de operação das usinas	-	-	-	(6.833)
Depreciação e amortização	-	-	-	(7.142)
Outros custos de operação	(874)	(1.842)	-	(1.015)
Total	41	(6.711)	-	(18.976)

(a) Refere-se à provisão para ajuste de margem considerando as compras futuras de energia já contratadas, para cobertura da sazonalização da garantia física das usinas (SPEs), vinculadas a vendas de energia realizadas no primeiro semestre de 2011 através da controladora.

	Controladora				Consolidado
	01/07/2011 a	01/01/2011 a	01/07/2010 a	01/01/2010 a	
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2010	30/09/2011
Despesas com pessoal	(11.555)	(21.251)	(4.078)	(13.382)	(7.425)
Despesas de ocupação	(564)	(1.723)	(335)	(1.075)	(437)
Despesas com viagens e estadias	(346)	(1.093)	(159)	(457)	(456)
Despesas gerais	(793)	(2.606)	(555)	(1.524)	(974)
Serviços profissionais	(9.642)	(14.989)	(2.197)	(6.717)	(9.618)
Impostos e taxas	(45)	(115)	(67)	(148)	(106)
Despesas gerais e administrativas	(22.944)	(41.776)	(7.391)	(23.303)	(19.016)
Remuneração dos administradores	(376)	(1.417)	(1.270)	(2.309)	(393)
Total	(23.320)	(43.193)	(8.661)	(25.612)	(19.409)

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado
	01/07/2011 a	01/01/2011 a	01/07/2010 a	01/01/2010 a	
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2010	30/09/2011
Receitas financeiras					
Juros	-	-	-	254	94
Receita de aplicação financeira	6.501	16.693	6.014	20.675	16.067
Outros	201	210	2	5	1.362
Total	6.702	16.903	6.016	20.934	17.523
Despesas financeiras					
Juros	(1)	(6)	-	(3)	(5)
Juros sobre empréstimos	(1.646)	(1.646)	-	-	(11.322)
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(2)	(14)	(5)	(26)	(316)
Outros	(2.194)	(2.207)	(2)	(10)	(2.374)
Total	(3.843)	(3.873)	(7)	(39)	(14.017)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação. Na controladora e nas SPEs em construção e preparação foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.755	(4.747)	22.570
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.357)	1.614	(7.674)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	4.829
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):			
Exclusão - equivalência patrimonial	16.792	1.564	-
Amortização do direito de autorização	(1.248)	(1.455)	(383)
Gratificação de dirigentes	(222)	-	(69)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(738)	(8)	(270)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores para os quais não foi registrada ativo diferido	(9.775)	(1.715)	(820)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(548)	-	(4.387)
Aloquota efetiva	3,5%	0,0%	19,4%

22.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$378.607 referente ao efeito de imposto sobre a amortização do intangível - direito de concessão, no montante de R\$1.113.544 (nota explicativa nº 13) e, R\$29.182 referente efeito de imposto sobre a depreciação do ajuste de custo atribuído (“*deemed cost*”) e de outras naturezas no montante de R\$3.382.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

23.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos Financeiros, tendo como categorias: (I) empréstimos e recebíveis, (II) mensurados ao valor justo através do resultado, (III) mantidos até o vencimento e (IV) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

I. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)
- Aplicação financeira vinculada (nota nº 6)
- Contas a receber de clientes (nota nº 7)
- Partes relacionadas (nota nº 10)

II. Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Os principais ativos financeiros que a Companhia têm classificados nesta categoria são:

Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)

III. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia classifica nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

Aplicação financeira vinculadas (nota nº 6).

IV. Disponível para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (I) mensurados ao valor justo através do resultado e, (II) não mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

I. Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (I) mantidos para negociação no curto prazo, (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (III) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria.

II. Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (nota nº 14)
- Fornecedores
- Partes relacionadas (nota nº 10)

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os descritos abaixo:

Na controladora:		30/09/2011		31/12/2010	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Natureza	Classificação				
Ativo:					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	701	701	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	369.253	369.253	200.173	200.173
Aplicações financeiras vinculadas	Mantido até o vencimento	-	-	2.161	2.161
Contas a receber de clientes	Mantido até o vencimento	1.564	1.564	508	508
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	326.572	326.572	-	-
No consolidado:		30/09/2011			
Natureza	Classificação	Contábil	Valor justo		
Ativo:					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	5.120	5.120		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	748.933	748.933		
Aplicações financeiras vinculadas	Mantido até o vencimento	31.995	31.995		
Contas a receber de clientes	Mantido até o vencimento	29.847	29.847		
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	928.360	928.360		

23.2. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros com o objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado e em conformidade à Instrução CVM Nº 475, de 17 de dezembro de 2008, assumindo:

- (i) O cenário I reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações tendo em conta até 12 meses de vencimento, (CDI em 12,00 % a.a. e TJLP em 6% a.a.). O cenário II considera uma elevação ou redução dos índices em relação ao Cenário I de 25% e o cenário III de 50%, em relação ao cenário I.

O cenário I é o que reflete melhor expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2011 seriam os seguintes:

<u>Instrumentos</u>	<u>Juros a incorrer expostos a:</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Elevação/Redução de índice em 25%</u>	<u>Elevação/Redução de índice em 50%</u>
<u>Ativo Financeiro</u>				
Aplicação CDB/Debêntures	CDI	89.872	67.404	44.936
Aplicação Fundos	CDI	3.838	2.879	1.919
Subtotal		93.710	70.283	46.855
<u>Passivo Financeiro</u>				
Empréstimos e Financiam.	TJLP + 1,46%	(61.993)	(77.491)	(92.989)
Empréstimos e Financiam.	CDI + 0,4%	(12.073)	(15.091)	(18.109)
Subtotal		(74.065)	(92.582)	(111.098)
Variação		19.645	(22.299)	(64.243)

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

24. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os prazos de vencimento das apólices estão dentro da conformidade.

25. CRÉDITOS FISCAIS - CONTROLADORA

A Companhia possui prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	<u>R\$</u>
a) Prejuízos fiscais apurados até o 3 ^o trimestre de 2011	<u>58.693</u>
b) Base negativa de contribuição social	<u>58.693</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseado na ausência de lucros tributários até o momento.

26. COMPROMISSOS - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Até 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas firmaram treze contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>Assinatura do Contrato</u>	<u>Área (h a)</u>	<u>Prazo</u>	<u>Pagamento Fixo Anual</u>	<u>Índice Reajuste</u>
SPE Gameleira	1	29/04/2008	463	25 anos	30,0	IGPM
SPE Figueira Branca	1	29/04/2008	143	25 anos	30,0	IGPM
SPE Farol de Touros	2	29/04/2008	478	25 anos	36,5	IGPM
SPE Costa das Dunas	2	29/04/2008	565	25 anos	36,5	IGPM
SPE Macacos	3	29/01/2008	88	25 anos	19,7	IGPM
SPE Pedra Preta	3	29/01/2008	145	25 anos	19,7	IGPM
SPE Costa Branca	3	29/01/2008	321	25 anos	19,7	IGPM
SPE Juremas	3	29/01/2008	217	25 anos	19,7	IGPM
SPE Cajueira	3	29/01/2008	238	25 anos	19,7	IGPM
SPE Navegantes	3	29/01/2008	208	25 anos	19,7	IGPM
SPE Baixa Verde	3	29/01/2008	239	25 anos	19,8	IGPM
Projeto EOL Viçosa/CE	4	17/11/2008	1.119	30 anos	18,0	IGPM
Projeto EOL Parambu/CE	5	25/07/2008	5.162	30 anos	156,0	IGPM
Projeto EOL Royale/BA	6	01/11/2010	701	25 anos	-	IGPM
Projeto EOL Royale Expansão/BA	7	01/11/2010	3.000	25 anos	-	IGPM
Projeto EOL Serra do Cabral/MG	8	22/12/2010	3.365	30 anos	-	IGPM

Observações:

- 1 A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta garantindo para o arrendante um mínimo de R\$ 230 anuais, caso em 01/01/2010 o parque eólico não esteja em operação o valor anual será reduzido para R\$ 30 anuais até a entrada em operação;
- 2 A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta garantindo para o arrendante um mínimo de R\$ 280 anuais;
- 3 A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta garantindo para o arrendante um mínimo de R\$ 131,4 anuais;
- 4 Na viabilidade do projeto R\$ 1.500,00 mensais, depois da entrada em operação 1,2% do faturamento bruto;
- 5 De mar/2011 até mai/2011 R\$ 15.000,00 mensais, de jun/2011 até a operação comercial R\$ 20,5 por hectare mensais, depois da entrada em operação 1,5% do faturamento bruto
- 6 A partir da entrada em operação R\$ 4.500,00 por aerogerador instalado anual;
- 7 A partir da entrada em operação 1,0% da receita bruta;
- 8 A partir da entrada em operação R\$ 2.500,00 a R\$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;

27. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2011</u>
Reestruturação societária I	596.631	-
Reestruturação societária II	887.408	-
Cessão de dívida	9.684	-
Aquisição de projetos em desenvolvimento	35.281	35.281
Aquisição de licenças para exploração de geração de energia elétrica com AFAC	10.803	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Conforme previsto no Acordo de Associação, em 21 de Setembro de 2011 a CPFL Brasil cedeu o contrato de compra e venda de ações da Jantus SL controladora da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., assinado em 07 de abril de 2011, para a CPFL Renováveis. O contrato prevê o pagamento de R\$955 milhões, conforme ajustado, pelas ações da Jantus SL, com eventual pagamento adicional de R\$70 milhões no caso de viabilização do projeto eólico Quintanilha Machado.

No dia 14 de outubro de 2011 após *due diligence*, a título de adiantamento de aquisição da Jantus, a Companhia transferiu o valor de R\$162.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) para a vendedora através de uma “*escrow account*”. A liberação dos recursos está condicionada ao fechamento da transação.

As principais condições para o fechamento da transação são:

- Anuência dos financiadores e da ANEEL para a transferência do controle;
 - Decisão da Eletrobrás sobre o futuro do projeto eólico Quintanilha Machado.
- b) Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 17 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da Santa Luzia Energética S.A. através do qual a Companhia pagará aproximadamente R\$156.000.000,00 para deter 100% das ações da PST Energias Renováveis e Participações S.A., detentora da PCH Santa Luzia. Conforme Resolução nº 3.163 de 18 de outubro de 2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi anuída a transferência do controle societário, restando basicamente a autorização do Banco do Brasil, enquanto repassador de uma linha de financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para o cumprimento das condições precedentes ao fechamento da transação.
- c) Em 07 de outubro de 2011, a Usina Termelétrica movida à biomassa Buriti, com potência instalada de 50 MW e 21,02 MW médios de exportação de energia, entrou em operação.

29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A autorização para conclusão destas informações trimestrais foi dada em reunião de Diretoria, em 07 de novembro de 2011.

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) submete para apreciação, o Relatório de Comentário do Desempenho e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 01 de janeiro de 2011 a 30 de setembro de 2011, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

VISÃO GERAL

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA - Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação de uma das maiores companhias de energias renováveis da América Latina, com presença marcante nas três principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país - parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s) e usinas termelétricas a biomassa. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em dezesseis Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Em 30 de setembro de 2011, nosso portfólio de projetos totaliza 1.431,7 MW de capacidade instalada, sendo composto de trinta e três PCH’s em operação (278,2 MW), uma PCH em construção (20,0 MW), sete PCH’s em preparação para construção (116,5 MW), vinte e um projetos de geração eólica em construção (558,2 MW), seis projetos de geração eólica em preparação para construção (128,8 MW), duas usinas movidas à biomassa em operação (85,0 MW) e cinco projetos de usinas de geração de energia a partir de biomassa (245,0 MW).

A Companhia possui duas transações de aquisições de ativos renováveis em fase de cumprimento de condicionantes, que deverão adicionar ao portfólio uma PCH de 28,5 MW em operação, 210,0 MW de projetos eólicos em operação e 412,0 MW de projetos eólicos em preparação, elevando o portfólio de projetos em operação, construção e preparação para 2.082,2 MW.

Adicionalmente, a Companhia possui projetos eólicos, de PCHs e de biomassa em desenvolvimento totalizando 2.371,8 MW, perfazendo um portfólio total de 4.454 MW.

AMBIENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)**Receita da venda de energia elétrica**

	Controladora			Consolidado
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Receita bruta de venda de energia				
Receita de venda de energia	5	8.331	-	61.140
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	-	(770)	-	(3.059)
Receita operacional líquida	5	7.561	-	58.081

As receitas de venda de energia são provenientes de contratos de longo prazo de Proinfa, CCEAR e Mercado Livre, com índices de reajuste indexados ao IPCA ou IGPM.

Custo de Geração de Energia Elétrica

	Controladora			Consolidado
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Custo da Receita Operacional				
Custo de compra de energia	(3.510)	(4.793)	-	(3.910)
Provisão de compra de energia (a)	4.425	(77)	-	(77)
Custo de operação das usinas	-	-	-	(6.833)
Depreciação e amortização	-	-	-	(7.142)
Outros custos de operação	(874)	(1.842)	-	(1.015)
Total	41	(6.711)	-	(18.976)

- a) O custo de compra de energia elétrica da controladora de R\$ 4.793 acumulado nos nove primeiros meses de 2011 decorre de aquisições efetuadas no mercado para cobrir transações de comercialização de energia da Companhia.
- b) Refere-se à provisão para ajuste de margem considerando as compras futuras de energia já contratadas, para cobertura da sazonalização da garantia física das usinas (SPEs), vinculadas a vendas de energia realizadas nos nove primeiros meses de 2011 através da controladora.

Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Despesas pessoal	(11.555)	(21.251)	(13.382)	(7.425)
Despesas de ocupação	(564)	(1.723)	(1.075)	(437)
Despesas com viagens e estadias	(346)	(1.093)	(457)	(456)
Despesas gerais	(793)	(2.606)	(1.524)	(974)
Serviços profissionais	(9.642)	(14.989)	(6.717)	(9.618)
Impostos e taxas	(45)	(115)	(148)	(106)
Despesas gerais e administrativas	(22.944)	(41.776)	(23.303)	(19.016)
Remuneração dos administradores	(376)	(1.417)	(2.309)	(393)
Total	(23.320)	(43.193)	(25.612)	(19.409)

As despesas com pessoal na Controladora acumuladas até setembro de 2011, no valor de R\$ 21.251, refletem o efeito na estrutura organizacional da Companhia após a associação das equipes da CPFL e ERSA.

Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Receitas financeiras				
Juros	-	-	254	94
Receita de aplicação financeira	6.501	16.693	20.675	16.067
Outros	201	210	5	1.362
Total	6.702	16.903	20.934	17.523
Despesas financeiras				
Juros	(1)	(6)	(3)	(5)
Juros sobre empréstimos	(1.646)	(1.646)	-	(11.322)
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(2)	(14)	(26)	(316)
Outros	(2.194)	(2.207)	(9)	(2.374)
Total	(3.843)	(3.873)	(38)	(14.017)

Imposto de renda e contribuição social

Estamos sujeitos ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda é de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 60 mil no trimestre, representando uma tributação total de 34%. Para empresas que apresentam faturamento bruto até R\$ 48 milhões, é facultada a escolha do regime de tributação de IR e CSLL pelo lucro presumido, o que implica aplicação de alíquota de 25% sobre uma base equivalente a 8% da receita bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da receita bruta. A maioria dos nossos projetos de investimento atuais e futuros está enquadrada no regime de lucro presumido.

	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.755	(4.747)	22.570
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.357)	1.614	(7.674)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	4.829
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):			
Exclusão - equivalência patrimonial	16.792	1.564	-
Amortização do direito de exploração - autorização	(1.248)	(1.455)	(383)
Gratificação de dirigentes	(222)	-	(69)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(738)	(8)	(271)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores para os quais não foi registrada ativo diferido	(9.775)	(1.715)	(820)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(548)	-	(4.387)

Resultado Acumulado

A geração operacional de caixa consolidada registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (EBITDA) foi de R\$ 21.866 e o lucro acumulado do período alcançou R\$ 18.183, preponderantemente impactado pelo lucro operacional das SPE's e da Comercializadora. As despesas da Holding são voltadas para o crescimento da Companhia e contribuirão para a geração futura de resultados.

Investimentos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, como resultado da associação entre ERSA e CPFL e outros ativos adquiridos, a Companhia passou a ter um investimento no valor de R\$ 2.158.800,00 na Controladora em seu portfólio desde o início de suas atividades.

Empréstimos e Financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011 são:

Agente Financiador	Consolidado				
	30/09/2011				
	Circulante		Total	Não Circulante	
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	
BNDES	4.565	55.999	60.564	770.435	830.999
SAFRA	3.862	19.250	23.112	74.250	97.362
	8.427	75.249	83.676	844.685	928.361

Eventos subsequentes

- a) Conforme previsto no Acordo de Associação, em 21 de Setembro de 2011 a CPFL Brasil cedeu o contrato de compra e venda de ações da Jantus SL controladora da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda, assinado em 07 de abril de 2011, para a CPFL Renováveis. O contrato prevê o pagamento de R\$ 955 milhões, conforme ajustado, pelas ações da Jantus SL, com eventual pagamento adicional de R\$ 70 milhões no caso de viabilização do projeto eólico Quintanilha Machado.

No dia 14 de outubro de 2011 após due diligence, a título de adiantamento de aquisição da Jantus, a Companhia transferiu o valor de R\$ 162.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) para a vendedora através de uma "escrow account". A liberação dos recursos está condicionada ao fechamento da transação.

As principais condições para o fechamento da transação são:

- Anuência dos financiadores e da ANEEL para a transferência do controle;
- Decisão da Eletrobrás sobre o futuro do projeto eólico Quintanilha Machado.

- b) Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 17 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da Santa Luzia Energética S.A. através do qual a Companhia pagará aproximadamente R\$ 156.000.000,00 para deter 100% das ações da PST Energias Renováveis e Participações S.A., detentora da PCH Santa Luzia. Conforme Resolução nº 3.163 de 18 de outubro de 2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi anuída a transferência do controle societário, restando basicamente a autorização do Banco do Brasil, enquanto repassador de uma linha de financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para o cumprimento das condições precedentes ao fechamento da transação.
- c) Em 07 de outubro de 2011, a Usina Termelétrica movida à biomassa Buriti, com potência instalada de 50 MW e 21,02 MW médios de exportação de energia, entrou em operação.
-